



# **BANCO CENTRAL DO BRASIL**

São Paulo, 24 de novembro de 2017.

**Pronunciamento do Presidente Ilan Goldfajn**

**Abertura do 1º Encontro**

**CADE, CVM e BACEN com o Setor Privado**



Senhoras e senhores, boa tarde a todos.

Cumprimento os membros da mesa: o Sr. Daniel Feffer, Presidente da Câmara de Comércio Internacional – ICC; o Sr. Eduardo Caminati, Presidente do Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional – IBRAC; e o Sr. Gabriel Petrus, diretor da ICC.

Cumprimento também o Sr. Alexandre Barreto de Souza, Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE; o Sr. Gustavo Gonzalez, Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM; e meu colega de Banco Central, Sidnei Corrêa Marques, Diretor de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução.

É uma grande satisfação participar deste 1º Encontro CADE, CVM e BACEN com o Setor Privado. Estou certo de que esta tarde será proveitosa e que colheremos bons frutos da troca de experiências e do debate dos pontos de vista dos representantes de cada um dos organismos reguladores e dos participantes dos mercados de financeiro e de capitais.

-----

A harmonia e a coordenação na regulação do sistema financeiro, com escopos bem definidos de atuação e troca de informações entre os reguladores, são fundamentais para a manutenção e o aperfeiçoamento dos mecanismos de estabilidade financeira dos quais dispomos.

A crise, no Brasil, promoveu um teste de estresse real para o SFN. A recessão econômica, com queda do PIB, aumento do desemprego e da inadimplência, e incertezas advindas de fora da esfera econômica, foi sentida pela economia real e pelo SFN. O teste de estresse real que a economia brasileira viveu teve consequências, como o aumento de inadimplência e de provisões e a queda de margens de lucro, mas o sistema reagiu bem e continua capitalizado, provisionado e bastante líquido. O SFN não realimentou a crise. Ao contrário, a resiliência do sistema bancário contribuiu como amortecedor. É missão do Banco Central manter o sistema estável e resiliente.

O sistema financeiro encontra-se pronto para atender à demanda por crédito na retomada do crescimento econômico. Ativos problemáticos e inadimplência não



ameaçam a estabilidade – 184% dos ativos inadimplentes e 85% dos ativos problemáticos estão provisionados – e as instituições financeiras brasileiras possuem índices de Basileia, de capitalização e de alavancagem acima dos mínimos exigidos. Todos esses elementos permitiram atravessarmos com segurança os momentos recentes de instabilidade.

O período após a Crise Financeira Internacional trouxe uma valorização mundial da regulação bancária, e os países do G-20, incluindo o Brasil, assumiram o compromisso de avançar com as reformas de Basileia, melhorando sua regulação prudencial e auxiliando na diminuição das turbulências provocadas pela crise.

A coordenação e a harmonia na regulação e nos procedimentos de supervisão e resolução são parte do compromisso internacionalmente assumido pelo Brasil. Nesse sentido, temos cumprido com nossa parte, mas é necessário reconhecer que ainda temos avanços a promover.

O Banco Central tem buscado parcerias com o CADE, a CVM e também com a Previc e a Susep. Gostaria de citar um exemplo recente:

- A criação de um grupo de trabalho, em conjunto com o Cade, para explorarmos as alternativas de atuação articulada e harmonizada, que nos permitam desempenhar nossas respectivas missões institucionais.

Além disso, nossa experiência de cooperação com a CVM, que se estreitou a partir de meados de 2012, também é muito positiva. Desde então, conseguimos tratar com agilidade de temas de interesse mútuo, como intermediação não bancária, instituições com problemas, fiança “guarda-chuva”, fluxo de descredenciamento de agentes de custódia, e estrutura mínima para gestão de riscos.

Mesmo reconhecendo os resultados alcançados empregando arranjos infralegais, é importante construir uma legislação definindo as competências de cada regulador, para que se evitem problemas de coordenação em momentos de estresse.

Nessa linha, um importante projeto envolvendo os diversos reguladores do SFN, além do Ministério da Fazenda, pretende definir um novo arcabouço delimitando mandatos e alicerçando a coordenação relativa à estabilidade financeira. Essa iniciativa se soma



ao arcabouço com o qual o país já conta para lidar com eventuais ameaças e fortalece ainda mais a governança da estabilidade financeira no país.

Seguindo moldes internacionais, a proposta pretende instituir um conselho nacional de estabilidade financeira. O projeto, que consta da Agenda BC+, está neste momento em fase de discussão, e espera-se que, até 2018, a proposta de legislação seja submetida ao Congresso Nacional.

Essas iniciativas regulatórias, além de buscarem garantir a solidez do sistema financeiro, buscam também sua eficiência. No âmbito da Agenda BC+, o BC tem se empenhado na redução do custo de crédito através da melhoria das garantias e no estímulo à concorrência, exemplos de ações importantes nesse sentido são:

- **Melhoria das garantias do sistema tende a reduzir o custo do crédito:**
  - **Regulamentação da Letra Imobiliária Garantida (LIG)**, que se destaca pela existência de dupla garantia, proveniente da emissora e de uma carteira específica de ativos. Esse título tem o potencial de complementar as fontes tradicionais de recursos para o setor imobiliário, podendo contribuir para o crescimento do crédito nos próximos anos e ampliar a participação de investidores estrangeiros na estrutura de financiamento. Resolução 4.598/17.
  - **Criação do registro eletrônico**, que permite que mais ativos possam ser utilizados eficientemente como garantia de empréstimos. Lei 13.476/17.
- **Estímulo à concorrência:**
  - **Empoderamento das instituições pequenas e médias.** A segmentação e proporcionalidade da regulação prudencial, medida que empodera as pequenas e médias instituições financeiras, ao mesmo tempo em que resguarda sua solidez, foi aprovada pela Resolução 4.553/17. A segmentação torna a regulação menos complexa para as instituições de menor porte, com maior eficiência e menor custo de observância, sem prejuízo para a segurança e a estabilidade do Sistema Financeiro Nacional (SFN).



- **Incentivo às *fintechs*.** Para permitir maior competição no sistema e o surgimento de soluções adequadas às demandas atuais dos clientes e de novos modelos de negócio, está em consulta pública proposta do grau e forma de regulamentação do setor.
  
- **Cadastro positivo.** A democratização da informação é um instrumento importante de competição. Nesse sentido foi aprovada no Senado a revitalização do cadastro positivo por meio de novo arcabouço legal que visa facilitar o acesso à informação por parte dos bancos pequenos e médios, fomentando a competitividade do mercado de crédito. As mudanças propostas incluem:
  - alterar a forma de constituição do cadastro – inicialmente, todos farão parte do cadastro, havendo possibilidade de solicitar exclusão;
  - alinhar o modelo de responsabilidade solidária ao previsto no Código de Defesa do Consumidor;
  - incluir informações relativas à adimplência de serviços públicos (água, luz, telefone etc.).
  
- **Novo marco legal de punições do Sistema Financeiro Nacional.** Novo marco legal que aperfeiçoa os instrumentos punitivos de natureza administrativa a cargo do Banco Central e da CVM.
  
- **Modernizar a taxa de remuneração do BNDES.** A nova TLP, base para os novos empréstimos do BNDES, é uma taxa de mercado baseada no juro real da NTN-B de cinco anos. Por ser uma taxa de mercado, a TLP proporciona maior potência à política monetária, reforça a queda da taxa de juros estrutural da economia, incentiva o financiamento privado de longo prazo e o desenvolvimento do mercado de capitais e dá maior agilidade na administração dos empréstimos pelo BNDES, além de ajudar a proteger os recursos do Tesouro por meio da explicitação dos subsídios a serem considerados no processo orçamentário.

-----



O Banco Central, juntamente com os outros órgãos aqui representados, tem se empenhado no cumprimento de suas missões. Estabilidade e eficiência devem ser objetivos constantes de nossa atuação, assim como o estímulo à concorrência, buscando garantir melhores condições de financiamento para nossa economia. É nessa direção que temos atuado por meio da Agenda BC+.

A troca de experiências e o debate desta tarde são muito bem vindos. Temos que manter ativos canais para explorar alternativas de atuação articulada e harmonizada, com o objetivo de melhor desempenhar nossas respectivas missões institucionais. Estou convencido de que, com uma atuação coordenada dos entes regulatórios, os resultados para a sociedade serão potencializados.

Uma boa tarde e um bom trabalho a todos!